



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário - Área Judiciária

Especialidade Execução de Mandados

Caderno de Prova, Cargo C03, Tipo 001

000000000000000000

00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e elaborar o Estudo de Caso (rascunho e redação definitiva).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas da Prova Objetiva, e o Caderno de Estudo de Caso.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Setembro/2008

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto abaixo.

Sobre Ética

A palavra *Ética* é empregada nos meios acadêmicos em três acepções. Numa, faz-se referência a teorias que têm como objeto de estudo o comportamento moral, ou seja, como entende Adolfo Sanchez Vasquez, “a teoria que pretende explicar a natureza, fundamentos e condições da moral, relacionando-a com necessidades sociais humanas.” Teríamos, assim, nessa acepção, o entendimento de que o fenômeno moral pode ser estudado racional e cientificamente por uma disciplina que se propõe a descrever as normas morais ou mesmo, com o auxílio de outras ciências, ser capaz de explicar valorações comportamentais.

Um segundo emprego dessa palavra é considerá-la uma categoria filosófica e mesmo parte da Filosofia, da qual se constituiria em núcleo especulativo e reflexivo sobre a complexa fenomenologia da moral na convivência humana. A *Ética*, como parte da Filosofia, teria por objeto refletir sobre os fundamentos da moral na busca de explicação dos fatos morais.

Numa terceira acepção, a *Ética* já não é entendida como objeto descritível de uma Ciência, tampouco como fenômeno especulativo. Trata-se agora da conduta esperada pela aplicação de regras morais no comportamento social, o que se pode resumir como qualificação do comportamento do homem como ser em situação. É esse caráter normativo de *Ética* que a colocará em íntima conexão com o Direito. Nesta visão, os valores morais dariam o balizamento do agir e a *Ética* seria assim a moral em realização, pelo reconhecimento do outro como ser de direito, especialmente de dignidade. Como se vê, a compreensão do fenômeno *Ética* não mais surgiria metodologicamente dos resultados de uma descrição ou reflexão, mas sim, objetivamente, de um agir, de um comportamento conseqüencial, capaz de tornar possível e correta a convivência.

(Adaptado do site Doutrina Jus Navigandi)

1. As diferentes acepções de *Ética* devem-se, conforme se depreende da leitura do texto,
 - (A) aos usos informais que o senso comum faz desse termo.
 - (B) às considerações sobre a etimologia dessa palavra.
 - (C) aos métodos com que as ciências sociais a analisam.
 - (D) às íntimas conexões que ela mantém com o Direito.
 - (E) às perspectivas em que é considerada pelos acadêmicos.

2. A concepção de ética atribuída a Adolfo Sanchez Vasquez é retomada na seguinte expressão do texto:
 - (A) núcleo especulativo e reflexivo.
 - (B) objeto descritível de uma Ciência.
 - (C) explicação dos fatos morais.
 - (D) parte da Filosofia.
 - (E) comportamento conseqüencial.

3. No texto, a terceira acepção da palavra ética deve ser entendida como aquela em que se considera, sobretudo,
 - (A) o valor desejável da ação humana.
 - (B) o fundamento filosófico da moral.
 - (C) o rigor do método de análise.
 - (D) a lucidez de quem investiga o fato moral.
 - (E) o rigoroso legado da jurisprudência.

4. Dá-se uma íntima conexão entre a *Ética* e o Direito quando ambos revelam, em relação aos valores morais da conduta, uma preocupação
 - (A) filosófica.
 - (B) descritiva.
 - (C) prescritiva.
 - (D) contestatária.
 - (E) tradicionalista.

5. Considerando-se o contexto do último parágrafo, o elemento sublinhado pode ser corretamente substituído pelo que está entre parênteses, sem prejuízo para o sentido, no seguinte caso:
 - (A) (...) a colocará em íntima conexão com o Direito. (**inclusão**)
 - (B) (...) os valores morais dariam o balizamento do agir (...) (**arremate**)
 - (C) (...) qualificação do comportamento do homem como ser em situação. (**provisório**)
 - (D) (...) nem tampouco como fenômeno especulativo. (**nem, ainda**)
 - (E) (...) de um agir, de um comportamento conseqüencial... (**concessivo**)

6. As normas de concordância estão plenamente observadas na frase:
 - (A) Costumam-se especular, nos meios acadêmicos, em torno de três acepções de *Ética*.
 - (B) As referências que se faz à natureza da ética consideram-na, com muita freqüência, associada aos valores morais.
 - (C) Não coubessem aos juristas aproximar-se da ética, as leis deixariam de ter a dignidade humana como balizamento.
 - (D) Não derivam das teorias, mas das práticas humanas, o efetivo valor de que se impregna a conduta dos indivíduos.
 - (E) Convém aos filósofos e juristas, quaisquer que sejam as circunstâncias, atentar para a observância dos valores éticos.

7. Está clara, correta e coerente a redação do seguinte comentário sobre o texto:
 - (A) Dentre as três acepções de *Ética* que se menciona no texto, uma apenas diz respeito à uma área em que conflui com o Direito.
 - (B) O balizamento da conduta humana é uma atividade em que, cada um em seu campo, se empenham o jurista e o filósofo.
 - (C) Costuma ocorrer muitas vezes não ser fácil distinguir *Ética* ou *Moral*, haja vista que tanto uma quanto outra pretendem ajuizar à situação do homem.
 - (D) Ainda que se torne por consenso um valor do comportamento humano, a *Ética* varia conforme a perspectiva de atribuição do mesmo.
 - (E) Os saberes humanos aplicados, do conhecimento da *Ética*, costumam apresentar divergências de enfoques, em que pese a metodologia usada.

8. Transpondo-se para a voz passiva a frase *Nesta visão, os valores morais dariam o balizamento do agir*, a forma verbal resultante deverá ser:
- (A) seria dado.
 (B) teriam dado.
 (C) seriam dados.
 (D) teriam sido dados.
 (E) fora dado.

Atenção: As questões de números 9 a 14 referem-se ao texto abaixo.

O homem moral e o moralizador

Depois de um bom século de psicologia e psiquiatria dinâmicas, estamos certos disto: o moralizador e o homem moral são figuras diferentes, se não opostas. O homem moral se impõe padrões de conduta e tenta respeitá-los; o moralizador quer impor ferozmente aos outros os padrões que ele não consegue respeitar.

A distinção entre ambos tem alguns corolários relevantes. Primeiro, o moralizador é um homem moral falido: se soubesse respeitar o padrão moral que ele impõe, ele não precisaria punir suas imperfeições nos outros. Segundo, é possível e compreensível que um homem moral tenha um espírito missionário: ele pode agir para levar os outros a adotar um padrão parecido com o seu. Mas a imposição forçada de um padrão moral não é nunca o ato de um homem moral, é sempre o ato de um moralizador. Em geral, as sociedades em que as normas morais ganham força de lei (os Estados confessionais, por exemplo) não são regradas por uma moral comum, nem pelas aspirações de poucos e escolhidos homens exemplares, mas por moralizadores que tentam remir suas próprias falhas morais pela brutalidade do controle que eles exercem sobre os outros. A pior barbárie do mundo é isto: um mundo em que todos pagam pelos pecados de hipócritas que não se agüentam.

(Contardo Calligaris, **Folha de S. Paulo**, 20/03/2008)

9. Atente para as afirmações abaixo.
- I. Diferentemente do homem moral, o homem moralizador não se preocupa com os padrões morais de conduta.
- II. Pelo fato de impor a si mesmo um rígido padrão de conduta, o homem moral acaba por impô-lo à conduta alheia.
- III. O moralizador, hipocritamente, age como se de fato respeitasse os padrões de conduta que ele cobra dos outros.
- Em relação ao texto, é correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 (B) II.
 (C) III.
 (D) I e II.
 (E) II e III.

10. No contexto do primeiro parágrafo, a afirmação de que já decorreu *um bom século de psicologia e psiquiatria dinâmicas* indica um fator determinante para que
- (A) concluamos que o homem moderno já não dispõe de rigorosos padrões morais para avaliar sua conduta.
 (B) consideremos cada vez mais difícil a discriminação entre o homem moral e o homem moralizador.
 (C) reconheçamos como bastante remota a possibilidade de se caracterizar um homem moralizador.
 (D) identifiquemos divergências profundas entre o comportamento de um homem moral e o de um moralizador.
 (E) divisemos as contradições internas que costumam ocorrer nas atitudes tomadas pelo homem moral.

11. O autor do texto refere-se aos *Estados confessionais* para exemplificar uma sociedade na qual
- (A) normas morais não têm qualquer peso na conduta dos cidadãos.
 (B) hipócritas exercem rigoroso controle sobre a conduta de todos.
 (C) a fé religiosa é decisiva para o respeito aos valores de uma moral comum.
 (D) a situação de barbárie impede a formulação de qualquer regra moral.
 (E) eventuais falhas de conduta são atribuídas à fraqueza das leis.

12. Na frase *A distinção entre ambos tem alguns corolários relevantes*, o sentido da expressão sublinhada está corretamente traduzido em:
- (A) significativos desdobramentos dela.
 (B) determinados antecedentes dela.
 (C) reconhecidos fatores que a causam.
 (D) conseqüentes aspectos que a relativizam.
 (E) valores comuns que ela propicia.

13. Está correta a articulação entre os tempos e os modos verbais na frase:
- (A) Se o moralizador vier a respeitar o padrão moral que ele impusera, já não podia ser considerado um hipócrita.
 (B) Os moralizadores sempre haveriam de desrespeitar os valores morais que eles imporão aos outros.
 (C) A pior barbárie terá sido aquela em que o rigor dos hipócritas servisse de controle dos demais cidadãos.
 (D) Desde que haja a imposição forçada de um padrão moral, caracterizava-se um ato típico do moralizador.
 (E) Não é justo que os hipócritas sempre venham a impor padrões morais que eles próprios não respeitam.

14. Está correto o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:
- (A) O moralizador está carregado de imperfeições de que ele não costuma acusar em si mesmo.
 (B) Um homem moral empenha-se numa conduta cujo padrão moral ele não costuma impingir na dos outros.
 (C) Os pecados aos quais insiste reincidir o moralizador são os mesmos em que ele acusa seus semelhantes.
 (D) Respeitar um padrão moral das ações é uma qualidade da qual não abrem mão os homens a quem não se pode acusar de hipócritas.
 (E) Quando um moralizador julga os outros segundo um padrão moral de cujo ele próprio não respeita, demonstra toda a hipocrisia em que é capaz.

Atenção: As questões de números 15 a 20 referem-se ao texto abaixo.

Fim de feira

Quando os feirantes já se dispõem a desarmar as barracas, começam a chegar os que querem pagar pouco pelo que restou nas bancadas, ou mesmo nada, pelo que ameaça estragar. Chegam com suas sacolas cheias de esperança. Alguns não perdem tempo e passam a recolher o que está pelo chão: um mamãozinho amolecido, umas folhas de couve amarelas, a metade de um abacaxi, que serviu de chamariz para os fregueses compradores. Há uns que se aventuram até mesmo nas cercanias da barraca de pescados, onde pode haver alguma suspeita sardinha oculta entre jornais, ou uma ponta de cação obviamente desprezada.

Há feirantes que facilitam o trabalho dessas pessoas: oferecem-lhes o que, de qualquer modo, eles iriam jogar fora. Mas outros parecem ciumentos do teimoso aproveitamento dos refugos, e chegam a recolhê-los para não os verem coletados. Agem para salvaguardar não o lucro possível, mas o princípio mesmo do comércio. Parecem temer que a fome seja debelada sem que alguém pague por isso. E não admitem ser acusados de egoístas: somos comerciantes, não assistentes sociais, alegam.

Finda a feira, esvaziada a rua, chega o caminhão da limpeza e os funcionários da prefeitura varrem e lavam tudo, entre risos e gritos. O trânsito é liberado, os carros atravancam a rua e, não fosse o persistente cheiro de peixe, a ninguém ocorreria que ali houve uma feira, freqüentada por tão diversas espécies de seres humanos.

(Joel Rubinato, inédito)

15. Nas frases *parecem ciumentos do teimoso aproveitamento dos refugos e não admitem ser acusados de egoístas*, o narrador do texto

- (A) mostra-se imparcial diante de atitudes opostas dos feirantes.
- (B) revela uma perspectiva crítica diante da atitude de certos feirantes.
- (C) demonstra não reconhecer qualquer proveito nesse tipo de coleta.
- (D) assume-se como um cronista a quem não cabe emitir julgamentos.
- (E) insinua sua indignação contra o lucro excessivo dos feirantes.

16. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *serviu de chamariz* = respondeu ao chamado.
- (B) *alguma suspeita sardinha* = possivelmente uma sardinha.
- (C) *teimoso aproveitamento* = persistente utilização.
- (D) *o princípio mesmo do comércio* = preâmbulo da operação comercial.
- (E) *Agem para salvaguardar* = relutam em admitir.

17. Atente para as afirmações abaixo.

- I. Os riscos do consumo de uma sardinha suspeita ou da ponta de um cação que foi desprezada justificam o emprego de *se aventuram*, no primeiro parágrafo.
- II. O emprego de *alegam*, no segundo parágrafo, deixa entrever que o autor não compactua com a justificativa dos feirantes.
- III. No último parágrafo, o autor faz ver que o fim da feira traz a superação de tudo o que determina a existência de *diversas espécies de seres humanos*.

Em relação ao texto, é correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

18. Está INCORRETA a seguinte afirmação sobre um recurso de construção do texto: no contexto do

- (A) primeiro parágrafo, a forma *ou mesmo nada* faz subentender a expressão verbal *querem pagar*.
- (B) primeiro parágrafo, a expressão *fregueses compradores* faz subentender a existência de “fregueses” que não compram nada.
- (C) segundo parágrafo, a expressão *de qualquer modo* está empregada com o sentido de *de toda maneira*.
- (D) segundo parágrafo, a expressão *para salvaguardar* está empregada com o sentido de *a fim de resguardar*.
- (E) terceiro parágrafo, a expressão *não fosse* tem sentido equivalente ao de *mesmo não sendo*.

19. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se no plural para preencher de modo correto a lacuna da frase:

- (A) Frutas e verduras, mesmo quando desprezadas, não (**deixar**) de as recolher quem não pode pagar pelas boas e bonitas.
- (B)-se (**dever**) aos ruidosos funcionários da limpeza pública a providência que fará esquecer que ali funcionou uma feira.
- (C) Não (**aludir**) aos feirantes mais generosos, que oferecem as sobras de seus produtos, a observação do autor sobre o egoísmo humano.
- (D) A pouca gente (**deixar**) de sensibilizar os penosos detalhes da coleta, a que o narrador deu ênfase em seu texto.
- (E) Não (**caber**) aos leitores, por força do texto, criticar o lucro razoável de alguns feirantes, mas sim, a inaceitável impiedade de outros.

20. A supressão da vírgula altera o sentido da seguinte frase:

- (A) Fica-se indignado com os feirantes, que não compreendem a carência dos mais pobres.
- (B) No texto, ocorre uma descrição o mais fiel possível da tradicional coleta de um fim de feira.
- (C) A todo momento, dá-se o triste espetáculo de pobreza centralizado nessa narrativa.
- (D) Certamente, o leitor não deixará de observar a preocupação do autor em distinguir os diferentes caracteres humanos.
- (E) Em qualquer lugar onde ocorra uma feira, ocorrerá também a humilde coleta de que trata a crônica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

21. **NÃO** está presente no rol de legitimados à propositura de Ação Declaratória de Constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, nos termos da Constituição Federal de 1988,

- (A) a Confederação Sindical.
- (B) a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- (C) a entidade de classe de âmbito nacional.
- (D) o Governador do Distrito Federal.
- (E) o Prefeito Municipal.

22. Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, será citado previamente e defenderá o ato ou texto impugnado

- (A) o Advogado-Geral da União.
- (B) o Procurador-Geral da República.
- (C) o órgão que o tiver promulgado.
- (D) o Presidente da República.
- (E) a Defensoria Pública da União.

23. No que se refere aos Tribunais e Juízes do Trabalho, é correto afirmar:

- (A) Cabe ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira, bem como exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.
- (B) Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convenções anteriores.
- (C) Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, nove juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- (D) São órgãos da Justiça do Trabalho: o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho, as Juntas de Conciliação e Julgamento e os Juízes do Trabalho.
- (E) O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

24. No que concerne às Medidas Provisórias, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar:

- (A) Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional.
- (B) Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.
- (C) Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.
- (D) Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão conjunta, pelo plenário do Congresso Nacional.
- (E) A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.

25. Em matéria de processo legislativo, considere as assertivas abaixo sobre a Emenda Constitucional.

- I. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta da maioria simples, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- II. A proposta de Emenda Constitucional será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- III. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- IV. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I, III e IV.

Direito Administrativo

26. Associação representativa de moradores de determinado bairro de um município pretende instalar serviço de radiodifusão comunitária. Tratando-se de serviço público, mas que pode ser explorado por particular, a associação depende de autorização do poder público, cuja competência é

- (A) exclusiva da União.
- (B) exclusiva do Estado Membro onde se localiza a associação.
- (C) exclusiva do município onde se localiza a associação.
- (D) concorrente entre a União e o Estado Membro onde se localiza a associação.
- (E) comum entre a União e o Estado ou Município onde se localiza a associação.

<p>27. O Poder Público lançou mão, urgente e transitoriamente, de um prédio de três andares, pertencente a João Silva, empresário do ramo de equipamentos de incêndio, para atender demanda de perigo iminente. Nesse caso, ele o fez, corretamente, por meio de</p> <p>(A) limitação administrativa. (B) ocupação temporária. (C) desapropriação indireta. (D) servidão administrativa. (E) requisição.</p>	<p>31. As agências reguladoras, criadas para regular e fiscalizar os serviços prestados por empresas privadas que atuam na prestação de serviços, que em suas essências seriam públicos, têm natureza jurídica de</p> <p>(A) autarquias sob regime especial. (B) órgãos da Administração direta. (C) empresas públicas. (D) órgãos do Tribunal de Contas da União. (E) entidades privadas.</p>
<p>28. Em matéria de penalidades, analise o comportamento das servidoras públicas federais efetivas abaixo.</p> <p>I. Mariana vem exercendo atividade incompatível com o horário de trabalho.</p> <p>II. Gabriela vem promovendo manifestação de desaprovação no recinto da repartição.</p> <p>Nesses casos, Mariana e Gabriela estarão sujeitas, respectivamente, às penas de</p> <p>(A) advertência verbal e suspensão até quinze dias. (B) demissão e multa na base de cinquenta por cento por dia de vencimento. (C) suspensão com possibilidade de conversão em multa e advertência por escrito. (D) repreensão e suspensão com conversão em multa. (E) suspensão até noventa dias e destituição do cargo.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>32. A respeito da evicção, é correto afirmar:</p> <p>(A) O preço, na evicção total, será sempre o valor constante do contrato. (B) A responsabilidade pela evicção não pode ser excluída pelas partes, através de cláusula contratual. (C) O adquirente pode demandar pela evicção mesmo sabendo que a coisa era litigiosa. (D) As benfeitorias necessárias ou úteis, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante. (E) Não subsiste a garantia da evicção, se a aquisição tiver sido realizada em hasta pública.</p>
<p>29. Sócrates na qualidade de legítimo interessado no processo administrativo instaurado pelo Tribunal Regional do Trabalho, no desempenho de sua função administrativa, foi intimado para comparecer pessoalmente à autoridade processante. Entretanto, Sócrates não atendeu à referida intimação. Nesse caso, é certo que o desatendimento da intimação</p> <p>(A) afasta o direito de ampla defesa ao referido interessado. (B) importa na renúncia a seu direito e na preclusão. (C) implica no reconhecimento legal da verdade dos fatos. (D) não importa o reconhecimento da verdade dos fatos. (E) implica no arquivamento do processo e em sanção administrativa.</p>	<p>33. A pretensão de cobrança de dívida, decorrente do descumprimento de contrato verbal de empréstimo em dinheiro prescreve em</p> <p>(A) 2 anos. (B) 3 anos. (C) 4 anos. (D) 5 anos. (E) 10 anos.</p>
<p>30. Quando o Tribunal de Contas do Estado realiza auditoria sobre determinada despesa realizada pelo Poder Executivo, ele exerce controle de caráter</p> <p>(A) interno. (B) externo. (C) hierárquico. (D) judicial. (E) prévio ou preventivo.</p>	<p>34. Numa assembléia de sociedade limitada com mais de dez sócios, será tomada pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, dentre outras, a deliberação referente</p> <p>(A) à aprovação das contas da administração. (B) ao julgamento das contas dos liquidantes. (C) à modificação do contrato social. (D) ao pedido de concordata. (E) à nomeação dos liquidantes.</p> <p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>35. A respeito da petição inicial, é correto afirmar:</p> <p>(A) Os pedidos são interpretados restritivamente, não se compreendendo, por isso, no principal, os juros legais, que devem ser expressamente requeridos. (B) É lícito formular pedido genérico quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu. (C) Indeferida a petição inicial, caberá recurso de agravo de instrumento, em razão da natureza da decisão. (D) Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, só serão consideradas incluídas no pedido as que se vencerem no curso do processo se houver declaração expressa do autor a respeito na petição inicial. (E) Só é permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, se entre eles houver conexão.</p>

36. Considere as assertivas abaixo sobre impenhorabilidade do bem de família.

- I. Na hipótese do casal, ou entidade familiar, ser possuidor de vários imóveis utilizados como residência, a impenhorabilidade recairá sobre o de maior valor, salvo se outro tiver sido registrado, para esse fim, no Registro de Imóveis, na forma da lei civil.
- II. O único imóvel residencial, ainda que em construção, encontra-se protegido pelo benefício da impenhorabilidade, na medida em que o devedor e sua família pretendem nele residir permanentemente após a conclusão das obras.
- III. A impenhorabilidade não é oponível em processo de execução civil movido pelo credor de pensão alimentícia decorrente de vínculos familiares.
- IV. É passível de penhora o imóvel residencial da família, quando a execução se referir a contribuições condominiais sobre ele incidentes.

É correto o que afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e II.
- (E) I, III e IV.

37. A respeito dos recursos, é correto afirmar:

- (A) Nos embargos infringentes, quando o desacordo for parcial, o julgamento não fica restrito à matéria objeto da divergência, possibilitando o reexame integral do alegado na apelação.
- (B) A parte que, no prazo legal, apresentou recurso autônomo, pode também interpor recurso adesivo.
- (C) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer no processo em que é parte, não podendo fazê-lo naqueles em que oficiou como fiscal da lei.
- (D) O recorrente poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso, desde que haja anuência dos litisconsortes.
- (E) O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com Súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Direito do Trabalho

38. Considera-se salário *in natura* (salário utilidade)

- (A) seguros de vida e de acidentes pessoais, bem como a previdência privada.
- (B) a assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada mediante seguro-saúde.
- (C) a assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente pelo empregador.
- (D) a educação, em estabelecimento de ensino de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático.
- (E) o veículo fornecido pelo empregador e utilizado pelo empregado também em finais de semana e em férias.

39. O Hotel Fazenda Água da Chuva celebrou contrato de trabalho por tempo determinado com Denise pelo prazo de 2 meses (Dezembro e Janeiro), tendo em vista a necessidade de um número maior de empregados em razão das férias escolares, Natal e Ano Novo. No Carnaval seguinte, também em razão da necessidade temporária de maior número de empregados, o hotel celebrou outro contrato de trabalho com prazo determinado com Denise pelo prazo de 1 mês (Março). De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), neste caso, a sucessão de contratos de trabalho com prazo determinado é

- (A) inválida tendo em vista que os dois contratos de trabalho ultrapassaram o prazo máximo de 60 dias permitidos pela legislação.
- (B) inválida tendo em vista que entre a celebração dos contratos não tinha decorrido mais de 6 meses do término do primeiro contrato, prazo legal previsto na legislação.
- (C) inválida em razão da celebração de dois contratos com prazo determinado com o mesmo empregado dentro do período de um ano.
- (D) válida tendo em vista que a contratação ocorreu em razão da realização de certos acontecimentos.
- (E) inválida tendo em vista que é vedada a celebração de mais de um contrato de trabalho com prazo determinado com a mesma pessoa.

40. Considere as assertivas abaixo a respeito do aviso prévio.

- I. O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado. O pedido de dispensa do seu cumprimento não exime o empregador de pagar o valor respectivo, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego.
- II. Em regra, o valor das horas extraordinárias habituais integra o aviso prévio indenizado.
- III. É válida a substituição, pelo empregador, das duas horas legais de redução diária da jornada, durante o prazo do aviso prévio trabalhado pelo correspondente pagamento de duas horas extras.
- IV. Eventual reajuste normativo concedido no período de fluência do aviso prévio não se incorpora no patrimônio trabalhista do empregado.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) I e IV.
- (E) III e IV.

41. A Justiça do Trabalho reconheceu culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho de Maria. Neste caso, o empregador

- (A) pagará multa de 40% do valor dos depósitos e o empregado sacará a conta vinculada.
- (B) pagará multa de 30% do valor dos depósitos e o empregado sacará a conta vinculada.
- (C) pagará multa de 20% do valor dos depósitos e o empregado sacará a conta vinculada.
- (D) não pagará multa sobre o valor dos depósitos, mas o empregado poderá sacar a conta vinculada.
- (E) não pagará multa sobre o valor dos depósitos e o empregado também não poderá sacar a conta vinculada.

<p>42. Com relação às Convenções Coletivas de Trabalho, é correto afirmar:</p> <p>(A) Não é permitido estipular duração de Convenção Coletiva de Trabalho superior a três anos.</p> <p>(B) O <i>quorum</i> de comparecimento e votação na Assembleia Geral convocada para celebrar Convenção Coletiva de Trabalho é, em regra, de 2/3 dos associados da entidade em primeira convocação e 1/3 em segunda.</p> <p>(C) As Convenções Coletivas de Trabalho poderão conter de forma facultativa penalidades para os Sindicatos convenientes em caso de violação de seus dispositivos.</p> <p>(D) Qualquer uma das partes poderá denunciar Convenção Coletiva de trabalho, bastando a comunicação escrita direcionada a todas as categorias de empregados e empregadores abrangidas pelo respectivo instrumento.</p> <p>(E) As Convenções Coletivas de Trabalho poderão conter de forma facultativa disposições sobre o processo de revisão total ou parcial de seus dispositivos.</p>	<p>45. Em regra, na execução por carta precatória, os embargos de terceiros serão oferecidos</p> <p>(A) apenas no juízo deprecado uma vez que este possui a competência para julgá-los.</p> <p>(B) apenas no juízo deprecante uma vez que este possui a competência para julgá-los.</p> <p>(C) no juízo deprecante ou deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecado.</p> <p>(D) no juízo deprecante ou deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante.</p> <p>(E) no juízo deprecante ou deprecado e a competência para julgá-los será tanto do juízo deprecante como do deprecado.</p>
<p>43. Joana é empregada rural e trabalha na pecuária. João é empregado urbano. André é empregado rural e trabalha na lavoura. Em regra, a jornada de trabalho noturno será das 21:00 às 5:00 para</p> <p>(A) André, apenas.</p> <p>(B) Joana, apenas.</p> <p>(C) João, apenas.</p> <p>(D) João e Joana.</p> <p>(E) André e Joana.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual do Trabalho</p> <p>46. Considere as assertivas abaixo a respeito das Custas e Emolumentos.</p> <p>I. Tratando-se de empregado que não tenha obtido o benefício da justiça gratuita, ou isenção de custas, o sindicato que houver intervindo no processo responderá subsidiariamente pelo pagamento das custas devidas.</p> <p>II. Sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.</p> <p>III. Nos dissídios individuais as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1%, observado o mínimo legal, e serão calculadas, quando houver acordo ou condenação, sobre o respectivo valor.</p> <p>IV. Em regra, as autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica são isentas do pagamento de custas.</p> <p>De acordo com a CLT, é correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e IV.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) I e IV.</p> <p>(E) I e II.</p>
<p>44. Considere:</p> <p>I. Decisão de magistrado em primeiro grau que extingue o processo sem julgamento do mérito por falta de pedido certo ou determinado no procedimento sumaríssimo.</p> <p>II. Decisão de magistrado em primeiro grau que extingue o processo com julgamento do mérito acolhendo a decadência do direito do reclamante.</p> <p>III. Decisão proferida em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, por Tribunal Regional do Trabalho que deu ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe foi dada por Turma de outro Tribunal Regional.</p> <p>Das decisões acima mencionadas caberá, respectivamente,</p> <p>(A) Recurso Ordinário, Agravo de Instrumento e Recurso de Revista.</p> <p>(B) Agravo de Instrumento, Recurso Ordinário e Recurso de Revista.</p> <p>(C) Recurso Ordinário, Recurso Ordinário e Recurso de Revista.</p> <p>(D) Agravo de Instrumento, Recurso Ordinário e Embargos.</p> <p>(E) Recurso Ordinário, Recurso Ordinário e Embargos.</p>	<p>47. De acordo com a CLT, com relação à competência em razão do lugar, não estando o empregado viajante comercial subordinado a agência ou filial, mas à matriz da empresa empregadora será competente para apreciar reclamação trabalhista a Vara</p> <p>(A) onde está localizada a matriz ou qualquer uma das agências ou filiais da empresa.</p> <p>(B) do local da última prestação de serviços realizada pelo reclamante.</p> <p>(C) do domicílio do reclamante, apenas.</p> <p>(D) do local da primeira prestação de serviços realizada pelo reclamante.</p> <p>(E) do domicílio do empregado ou a localidade mais próxima.</p>

48. Ana Maria, representante legal da empresa XUBA, recebeu intimação na reclamação trabalhista proposta por Ana Joaquina, sua ex-funcionária. Considerando que a intimação ocorreu no sábado e que segunda-feira é feriado nacional, será considerada que a intimação foi realizada
- (A) no próprio sábado e o prazo processual começará a correr na terça-feira.
 - (B) no próprio sábado e o prazo processual começará a correr na segunda-feira.
 - (C) na terça-feira e o prazo processual começará a correr na quarta-feira.
 - (D) na terça-feira e o prazo processual começará a correr da própria terça-feira.
 - (E) na sexta-feira antecedente e o prazo processual começará a correr na terça-feira.

49. Com relação às provas é certo que,
- (A) o ônus de provar o término do contrato de trabalho quando negados a prestação de serviço e o despedimento é do empregado.
 - (B) o ônus de provar o requerimento do vale transporte assim como a ausência de intervalo intrajornada é do empregado.
 - (C) a não apresentação pelo empregador dos controles de frequência gera presunção absoluta de veracidade da jornada de trabalho.
 - (D) o ônus da prova, em regra, incumbe a parte reclamada quanto ao fato constitutivo do direito do reclamante.
 - (E) a presunção de veracidade da jornada de trabalho, exceto se prevista em instrumento normativo, pode ser elidida por prova em contrário.

50. Considere as assertivas abaixo a respeito do Procedimento Sumaríssimo.
- I. Os dissídios individuais cujo valor não exceda a vinte vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
 - II. Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
 - III. As partes e advogados comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência de comunicação.
 - IV. Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.
- De acordo com a CLT, é correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) I e IV.